

MATERNIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: narrativas de mulheres-mães-trabalhadoras

Raquel Pimenta*

Resumo

O presente artigo foi elaborado a partir das discussões e reflexões teóricas ocorridas na disciplina Memórias e Narrativas de Gênero e Geração. Nesse sentido, o artigo pretende registrar as narrativas de duas mulheres-mães. Ambas com filho(a)s que percebem Benefício de Prestação da Assistência Social¹. A partir do relato dessas mulheres, revela-se o emaranhado de situações - provenientes do contexto socioeconômico e cultural no qual estão inseridas - que culminou no abandono da atividade laborativa exercida por cada uma delas.

Palavras-Chave: gênero, maternidade, trabalho.

Abstract

This article was elaborated from the theoretical discussions and reflections that took place in the Gender and Generation Memories and Narratives discipline. In this sense, the article intends to record the narratives of two women-mothers. Both with children who perceive Social Assistance Benefit². From the report of these women, it is revealed the tangle of situations - coming from the socioeconomic and cultural context in which they are inserted - which culminated in the abandonment of the work activity performed by each of them.

Keywords: gender, maternity, work.

* Assistente Social exercendo atividade no Instituto Nacional do Seguro Social na cidade de Salvador-Ba, mestranda pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – (PPGNEIM) - Universidade Federal da Bahia.
pertencem a famílias com renda per capita abaixo de um quarto do salário mínimo.

Introdução

As motivações para a escrita deste trabalho vieram das histórias ouvidas diariamente por mim, nos espaços das agências da previdência social onde exerço minhas atribuições profissionais como assistente social. E digo, diariamente, sem qualquer receio de exagero, frente às repetidas histórias de mulheres que não conseguiram conciliar atividade laborativa formal com a maternidade. Surgem, portanto, uma série de indagações, no sentido de buscar compreender as motivações que contribuíram para esta realidade.

As discussões teóricas suscitadas na disciplina Memórias e Narrativas de Gênero e Geração muito contribuíram para realização deste artigo por trazerem, dentre outras coisas, demandas e respostas no âmbito das políticas públicas, questões sobre pobreza, sociabilidade, família, trabalho e trajetórias de gênero.

É mister refletir, inicialmente, sobre a diversidade das experiências de mulheres e ainda, questionar se são dadas a todas as mulheres que desejem filhas condições para conciliar atividade laboral e maternidade.

Apesar de ter sido uma conquista do movimento feminista, o acesso de mulheres ao mercado de trabalho não é algo destinado a todas as mulheres. Falar de mulher e trabalho é falar, por exemplo, que às mulheres negras, o trabalho fora de casa – com fortes marcadores de subalternização e precarização –, não era um direito, mas uma imposição. Assim, em comparação às brancas, já se utilizava a força de trabalho das negras, mesmo antes de qualquer reivindicação feminista.

Neste artigo, pretendo refletir sobre como as falas das mulheres entrevistadas exteriorizam aspectos da vida social que dimensionam o seu cotidiano e de suas famílias. Este estudo tem como sujeitos Ana e Melissa², duas mulheres que foram atendidas por mim no âmbito do Serviço Social da agência da previdência social Bonfim.

Ambas são representantes legais de beneficiários do BPC e prontamente aceitaram o convite para serem entrevistadas.

As “escolhas” destas mulheres entre a maternidade e o trabalho, que não são exatamente escolhas, mas imposições da vida material, revelam os efeitos da estrutura no dia a dia dessas famílias. Políticas públicas fragilizadas e precarizadas, apoio familiar e comunitário insatisfatórios, desresponsabilização paterna, acesso precário à renda, são alguns dos elementos que compõem o cotidiano destas mulheres.

Decerto, uma discussão mais aprofundada desses elementos escapa os limites deste trabalho. No entanto, tentarei aqui delinear os contornos mais amplos, a partir das narrativas destas mulheres.

Quem são e qual o cotidiano das mulheres entrevistadas

Ana, vinte e seis anos, natural de Salvador, solteira, negra, um filho, desempregada, segundo grau completo, reside com filho em casa alugada. Melissa, trinta e dois anos, natural de Jequié, solteira, negra, uma filha, desempregada, segundo grau completo, reside com filha em casa alugada. Compartilham ambas, histórias de empobrecimento, de acesso precário às políticas públicas, de dificuldades para ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, de sobrecarga no que concerne aos cuidados com o(a)s filho(a)s e da total e absoluta desigualdade em relação aos homens, em uma sociedade fortemente machista, misógina e patriarcal, que oprime e explora as mulheres.

As mulheres entrevistadas são mães de crianças que apresentam algum quadro de doença. As crianças percebem Benefício de Prestação Continuada. Identifica-se que as entrevistadas compõem famílias do tipo monoparental, ou seja, famílias chefiadas por mulheres, sem a presença masculina.

Foi necessária uma separação do pai do meu filho, por que ele me estressava muito, com a falta de responsabilidade em assumir a paternidade, de jogar tudo para mim. E ele me culpava por tudo que dava errado em relação a criança. Com tanta pressão eu acabava transferindo tudo, todo esse estresse para meu filho. Isso era muito ruim. Após a separação, passei a morar com minha mãe, mas ela tinha muita dificuldade em conviver com as características da doença dele (referindo-se

² Os nomes foram modificados para preservar o anonimato das mulheres entrevistadas.

ao filho). Eu sei que é difícil mesmo. Sabe, parece que só a mãe é que entende mesmo. Decidi então morar de aluguel, somente eu e ele. (Ana)

Eu sofria muita violência psicológica e eu acredito que se esperasse para ver ia sofrer violência física também. Se eu quisesse, estaria com o pai da minha filha até hoje, mas eu não aceitei as pilantragens que ele fazia. Ele tinha muita mulher. Namorava comigo e com mais outras várias. E ele queria que eu aceitasse aquilo. A gente namorava, cada um morava em sua casa, quando minha filha nasceu, resolvemos ir morar juntos. Mas foi muito ruim. Horrível. Ele queria me fazer de empregada. Não ajudava em nada. Eu tinha que cuidar da casa sozinha e ainda tinha que cuidar da minha filha. Não suportei tanta coisa. Eu sentia dores no corpo, sentia dores nas relações sexuais. Eu fiz todos os exames, não dava nada. Sabe o que era aquilo? Era o desgosto de conviver com aquele homem. (Melissa)

Ambos os relatos traduzem as relações abusivas que estas mulheres experimentavam com seus companheiros. Traduzem ainda, a falta de apoio em relação aos cuidados com os filhos. Apesar de conviverem algum período com os genitores dos filhos, as falas denotam que já existia uma sobrecarga por parte destas mulheres. Sobrecarga proveniente da maneira como as mulheres são apropriadas socialmente, tanto em nível estrutural como nas relações cotidianas, como as referenciadas relatam.

Sobre a apropriação social das mulheres, a corrente feminista materialista francófona traz elementos importantes para compreensão desta dinâmica.

Em francês, existem duas palavras e conceitos bem distintos – *rappports sociaux* e *relations sociales* – que no português são traduzidas apenas por ‘relações sociais’. Os *rappports sociaux* têm a ver com as relações estruturais da sociedade, no nível macro; são impessoais, invisíveis e não podem ser transformados tão facilmente apenas pelas ações individuais. Geralmente, o que está em jogo nessas *rappports sociaux* é a organização social do trabalho (no seu sentido mais amplo). As *relations sociales* dizem respeito às relações cotidianas, no nível micro e interpessoal. Podem ser experimentadas concretamente e transformadas pela ação individual. Com base no conceito de *rappports sociaux*, uma das principais características da corrente

feminista materialista francófona é afirmar que as mulheres não são uma categoria biológica, mas uma classe social definida *rappports* sociais de sexo, historicamente e geograficamente variáveis, centralmente organizados em torno da *apropriação individual e coletiva* da classe de mulheres pela classe dos homens, por meio do que Colette Guillaumin (1978,1992) denominou de *sexage* (sexagem). Esses *rappports* são solidamente apoiados no que ela chamou de ideologia da Natureza – na qual estão subjacentes também as *rappports* sociais de ‘raça’. (CURIEL; FALQUET, 2014, p 15)

A renda familiar atual de Ana é composta pelo benefício de transferência de renda, valor de trinta e nove reais e da ajuda financeira da avó materna da criança, esta sendo uma renda ínfima, uma vez que a referida percebe um salário mínimo, tem, portanto, a renda comprometida e, não dispõe de condições para contribuir com valores mais expressivos. Além disso, a madrinha da criança proporciona ajuda alimentar, entretanto, a referida ajuda é aleatória. O filho de Ana requereu o benefício de prestação continuada, mas os valores ainda não foram acessados, por tratar-se de requerimento recente. Sendo assim, não é possível avaliar os impactos destes valores no cotidiano desta família.

Não tem sido fácil. Ser mãe solteira, sem emprego, sem muito recurso, sem ajuda do pai e nem da família dele. Não tem sido nada fácil. Esse benefício vai ajudar muito para tratamento do meu filho e para melhorar a qualidade de vida dele. (Ana)

A renda familiar de Melissa é composta pelo benefício de transferência de renda, valor de vinte e nove reais, da pensão paga pelo pai da filha, valor de trezentos reais e do Benefício de Prestação Continuada.

O pai acha que a pensão é muito dinheiro. Todo mês sofro humilhações por causa desse valor. Mas eu resisto porque sei da importância desse valor para manter os tratamentos da minha filha. Ele sempre diz que tenho que economizar, que tá muito esse valor. E ele ganha direitinho, ele tem dois empregos. Vez ou outra ele me ameaça dizendo que se eu entrar na justiça esse valor vai ser menor ainda, por que em um dos empregos ele não tem carteira assinada. De certa forma eu tenho medo disso que ele diz, acontecer e eu deixo do jeito que está e continuo sofrendo essas humilhações todo mês. Ainda bem que o BPC foi concedido. Sou tão grata por isso. Ajuda muito para manter ela e a mim também, não é? Já

que não posso trabalhar, ainda bem que ela conseguiu o benefício. (Melissa).

As falas traduzem o nível de pobreza experimentado por estas famílias e o significado social do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, enquanto programa de transferência de renda. Importante referendar que este benefício traz uma abrangência limitada, contradizendo uma perspectiva universal da política social. Ao apresentar-se com critérios de elegibilidade muito rígidos, exclui significativa parcela de pessoas com deficiência e pessoas idosas, que pleiteiam o respectivo benefício. Assim, muitas outras famílias como estas apresentadas e até com maiores níveis de pobreza, são alijadas do acesso à proteção social. Nos relatos das entrevistadas pode-se observar o impacto do benefício no que tange às possibilidades de melhorias de vida destas famílias.

Ainda sobre a composição da renda familiar, importante pontuar que mulheres se destacam como àquelas pessoas que provêm e/ ou auxiliam nas despesas do grupo familiar. Seja na figura de uma avó, tia ou madrinha das crianças referenciadas. Ainda que estas também vivenciem situação de empobrecimento. E em grande quantidade, estas estão ligadas à parentela materna. Tal situação também (e mais ainda) se aplica no que concerne ao amparo afetivo e cuidados. Entretanto, a família paterna desresponsabiliza-se com grande frequência das prestações de apoio financeiro e afetivo. A dimensão do cuidado, apesar de não receber o devido valor, possivelmente porque esteja vinculada à imagem feminina, é de salutar importância para a produção social. Registrar as histórias de cuidado dessas mulheres é visibilizar o papel vital destas para a vida coletiva.

A história oral de mulheres contribuiu para expandir as fronteiras da história, que incluíram conseqüentemente – por exemplo – a atividade ligada aos cuidados: uma esfera de experiência humana que é marcada pelas protagonistas femininas, mas que desempenha um papel básico para a vida coletiva (SALVATICI, 2005, p.41).

Melissa é natural de cidade do interior da Bahia. Reside em Salvador há mais de seis anos. A priori, a alteração de endereço se deu pela necessidade em buscar melhores condições de empregabilidade. No contexto atual, a permanência na capital baiana se dá pelo acesso

aos serviços de saúde por parte da filha. Toda a família reside no interior. Com frequência, Melissa e a filha viajam para o interior.

Na minha cidade, encontro apoio das pessoas. Gosto de estar lá. Minha filha adora a casa da avó. Tem mais espaço, mais locais para brincar. Aqui o imóvel que moramos é muito pequeno, sem estrutura. Se eu pudesse eu ia morar lá, o que me impede é o tratamento dela (referindo-se à filha). (Melissa).

Importante registrar que as mulheres entrevistadas residem em bairros populares da capital baiana. As respectivas residências, localizadas em área com precária estrutura pública de lazer e elevadas taxas de violência, dificultam as possibilidades de entretenimento e a convivência comunitária. O contexto socioeconômico vivenciado por estas famílias inviabiliza a busca de outros espaços públicos e/ou privados de sociabilidade. Assim, identifica-se que a convivência comunitária, enquanto direito, garantido através do Art. 227 da Constituição Federal do Brasil, tem sido notoriamente negada.

Além disso, os bairros não dispõem dos serviços de saúde acessados pelas crianças, sendo, portanto, necessário o deslocamento para outros bairros. A distância entre os bairros de residência e equipamentos de saúde requisita que o deslocamento seja feito através de transporte coletivo. As crianças têm acesso ao programa de gratuidade a transporte público, permitindo não onerar o orçamento familiar com mais estes gastos. Entretanto, padecem por acessar um serviço que apresenta uma série de limitações, como por exemplo, frota reduzida, impactando negativamente na qualidade de vida de usuários do referido serviço.

Proteção social: questões de acessibilidade e o reatamento no cotidiano das famílias

As questões até aqui apresentadas que concernem aos níveis de acesso às políticas públicas, por parte das famílias referenciadas, denotam o quanto o nível de acessibilidade interfere no cotidiano de famílias brasileiras, sobretudo, as mais empobrecidas, expropriadas da riqueza produzida socialmente e, portanto, mais demandantes da proteção social prestada pelo Estado, enquanto direito garantido na Constituição Federal de 1988.

Um primeiro indicativo para problematizar a não escolha, em outros termos, a obrigatoriedade em abandonar a atividade laborativa por parte dessas mulheres, tem ligação direta com o padrão de proteção social ao qual têm acesso. Outros fatores, obviamente, vão compor a teia de elementos que contribuem para que estas mulheres sejam obrigadas a abandonar a atividade laborativa.

Eu trabalhava como garçonne em uma loja de shopping. A gente que não tem muito estudo, que precisa ajudar outras pessoas da família, sabe como é [...] a gente precisa urgentemente trabalhar, levar o pão para casa. E aí tem outra coisa, com a escolarização que não é essas coisas todas, não tem como se empregar em algo muito bom. Vão ser sempre atividades que garantam um salário mínimo, às vezes um pouco mais. Se eu pudesse pagar alguém para cuidar da minha filha, eu pagaria, mas infelizmente eu não posso. Aí tive que escolher. Entre a vida dela, a saúde dela, o bem-estar dela, eu deixei o emprego. Às vezes me pergunto, se tivesse uma creche perto da minha casa, que eu deixasse ela, que cuidasse bem dela, que eu confiasse, com certeza eu estaria trabalhando. Mas não encontro creches públicas que possa colocar e as pagas eu não tenho condição. Eu fico pensando também, e se eu tivesse estudado, se eu ganhasse direitinho, sabe! Sei lá...dois, três salários mínimos... eu ia morar em um lugar melhor, teria como pagar uma pessoa para cuidar dela. Quem sabe até ter um carro, quem sabe, não é [...] (risos). É tão ruim o transporte, tão cheio, tão precário mesmo. Graças a Deus a gente conseguiu o passe livre, que já melhora nos gastos. Eu nem vou reclamar do transporte cheio (risos)”
Melissa.

A fala de Melissa nos traz elementos ricos para análise da importância das políticas públicas no que tange à reprodução social e material de indivíduos, sobretudo para os que compõem determinados estratos sociais. Em tempos de avanço do capital financeiro, baixa industrialização, aumento do desemprego estrutural e proteção precária do trabalho – a julgar pelas reformas trabalhista e da previdência, a proteção social através das políticas públicas operacionalizadas pelo Estado é fundamental para esta reprodução dos indivíduos. Entretanto, em contrapartida, essas políticas têm se apresentado com caráter focalista e precarizado.

A fala de Melissa nos revela que o pouco acesso à política educacional a relegou para atividades laborais pouco valorizadas e remuneradas. A urgência em ter meios para sustentar familiares, como ela mesma diz:

“levar o pão para casa”, dificultou a continuidade dos estudos. Afinal, nesta como em muitas outras situações, a interseccionalidade das políticas públicas, como importante instrumento de efetivação da proteção social, não ocorreu. Melissa e seu grupo familiar, certamente, precisariam ter acessado outras políticas públicas para que a permanência na escola fosse garantida.

Em um país onde efetivar a política educacional pública e de qualidade, esbarra em obstáculos econômicos, políticos e culturais, ainda nos deparamos com uma expressiva parcela da população sem o direito de acessar e/ou permanecer em instituições públicas de ensino, com significativos e negativos desdobramentos para acesso a melhores condições de vida.

Melissa faz referência à ausência de creches no local onde reside, situação que inviabiliza o reingresso no mercado de trabalho. A priori, vinculada à política de trabalho – através da Consolidação das Leis Trabalhistas, visando a inserção de mulheres ao mercado de trabalho e posteriormente vinculada à política de assistência social – de responsabilidade da Legião Brasileira de Assistência, a pauta creche padeceu de priorização, resultando em uma rede de atendimento precária. Com o advento da Constituição Federal de 1988, a pauta creche passa a ter conotação de direito.

As creches assumiram um outro sentido, ao serem previstas como uma das medidas necessárias para a superação do problema da divisão sexual do trabalho e das práticas sociais de cuidado que reforçam os estereótipos de gênero, para promover a autonomia econômica das mulheres e igualdade no mundo do trabalho, ampliando o tempo disponível das mulheres (BRASIL, 2004; BRASIL, 2008; BRASIL, 2013).

O acesso à política de creche no contexto da capital baiana, local onde as mulheres entrevistadas residem, ainda é muito precário. Não por acaso, no ano de 2017, o Ministério Público da Bahia propôs Ação Civil Pública para inclusão de crianças em creches e pré-escolas, diante da carência de vagas. Tal situação ainda é mais gritante, quando se trata de crianças que apresentam algum tipo de deficiência.

Outra política pública citada na fala de Melissa é a política de transporte, que se trata de uma importante política pública, considerando que proporciona a mobilidade das pessoas para diversas atividades da vida

social, no caso específico, as famílias referidas utilizam o respectivo instrumento, majoritariamente, para acessar os equipamentos de saúde. Apesar do acesso ao passe livre – instrumento que tem garantido gratuidade em transporte público municipal, tanto para a criança quanto para sua representante legal – a condição do transporte público padece de investimento, assim, não raramente, ambas utilizam frotas sucateadas, enfrentam longos períodos de espera pelo transporte e grande quantidade de usuários, significando, frequentemente, superlotação dos transportes. Sem falar dos problemas de cunho estrutural, tais como o incipiente investimento em planejamento urbano e o nítido descompasso das políticas públicas que aumentam o crédito para incentivar aquisição de veículos individuais privados, gerando expressiva obstrução das vias públicas.

Ainda fica evidente na narrativa de Melissa, no que diz respeito ao transporte público, primeiro, a concepção restrita do direito, por entender que o fato de ter a gratuidade já significa muito e, portanto, não deveria reclamar, mesmo fazendo várias pontuações negativas no que concerne à qualidade do transporte público. Segundo, a descrença na melhoria dessa política pública, a ponto de apostar que apenas a aquisição de veículo individual resolveria todos os problemas elencados.

Ainda sobre o aspecto creche, assunto caro ao movimento feminista, não por acaso, o acesso a creche tem sido pauta do movimento há décadas. A entrevistada traz elementos que nos apresentam outra perspectiva sobre esta política pública.

Olha, eu até já procurei uma creche para meu filho. Até achei uma, era distante, não era no bairro que nós moramos. Porque lá no bairro eu não achei não. E outra, não havia nenhuma criança autista na creche. Quando eu informei que meu filho era autista, senti a coordenadora meio assim... sei lá! Sabe quando a pessoa começa a criar dificuldades? Senti preconceito, sabe! Mas para ser bem sincera, creche aqui não é para uma mulher que trabalha. A creche abre oito horas e encerra às dezessete horas. Quem vai levar ele para a creche? Porque oito horas eu já precisaria estar no trabalho. E quem vai pegar ele na saída? Porque esse horário eu ainda não consegui sair. (Ana)

A fala de Ana remete às dificuldades em achar uma creche no bairro em que reside e dos horários de

funcionamento das creches. Identifica, assim, que a política de creche requer ainda de muitos ajustes para operar de maneira que possa acolher a todas as crianças que demandem tal serviço. Remete também, às dificuldades de funcionamento da rede educacional com perspectiva inclusiva, a julgar pelo relato de preconceito. Relato este, vivenciado por muitos pais ao tentarem inserir seus filhos e filhas com deficiência em instituições escolares.

A história narrada por Ana evidencia o apoio familiar insatisfatório no que tange aos cuidados com o filho e o precário acesso às políticas públicas que transferem toda a responsabilidade do cuidado para ela, sobrecarregando-a. Nesse sentido, Kimberlé Crenshaw afirma:

Em geral, são as mulheres que sofrem as consequências adicionais criadas pela retração dos serviços que antes eram cobertos pelo Estado. Por exemplo, quando o Estado corta recursos relativos aos cuidados com os jovens, doentes e idosos, as necessidades não supridas recaem, em grande parte, sobre os ombros das mulheres, a quem tradicionalmente se atribuíram essas responsabilidades. Além disso, as adicionais estruturas de classe determinam quais mulheres executarão fisicamente esse trabalho e quais mulheres pagarão outras, economicamente desfavorecidas, para que prestem esse serviço. Assim, mulheres pobres acabam tendo de carregar o peso do cuidado da família dos outros, além da própria. As consequências do ajuste estrutural – especialmente onde a desvalorização da moeda reduziu os salários – colocam tais mulheres em uma posição econômica que as força a assumir ainda mais trabalho, geralmente marcado pelo gênero, que as mulheres da elite podem assegurar através do mercado.

Em uma sociedade capitalista, é notória a sobreposição de exploração da mulher. A divisão sexual do trabalho significa uma superexploração capitalista. Nesse sentido:

Analisar a exploração do capital sobre a força de trabalho exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher. Essa exploração não se dá de forma diferente e, sim, acentuada com relação à exploração do homem (CISNE, 2015, p. 119)

Ainda segundo a autora:

É necessário perceber que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma

superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígio presentes no mundo produtivo. (CISNE, 2015, p. 120)

As formas de sociabilidade em uma sociedade patriarcal e machista, constroem papéis diferenciados para mulheres e homens no que concerne aos cuidados com familiares que se apresentem dependentes ou demandantes de algum tipo de atenção. Inclusive, esta responsabilidade pelo cuidado tem sido compreendida e naturalizada como atribuição exclusiva das mulheres. Não raras vezes, mulheres precisam acumular duplas ou triplas jornadas. Pautar este debate é salutar para repensar as políticas públicas no sentido de estas também promoverem a autonomia de mulheres.

Na fala de Ana fica evidenciado o quanto ela se percebe como a principal responsável pelos cuidados com o filho. As experiências negativas em relação à divisão destes cuidados com os demais familiares são ressaltadas por ela. Além disso, observa-se a precária operacionalização da política pública. A soma desses fatores desemboca na sobrecarga da entrevistada.

A vida cotidiana de mulheres é história?

O advento da história oral busca resgatar a história de segmentos subalternizados da sociedade. O desenvolvimento da história oral apresenta significativas similitudes com a história das mulheres, ambas foram desenvolvidas pela ideia de resgate de uma história oculta, conforme pontua Salvatici:

‘Mulheres, por si mesmas, falam mais diretamente’: fontes orais poderiam literalmente completar essa tarefa. Não é à toa que, uma das mais antigas publicações dedicadas à erudição feminista nos Estados Unidos, *Frontiers: a journal of Women Studies*, publicou um número especial abordando exatamente a história oral de mulheres. No ensaio de abertura, Sherna Berger Gluck declarou: ‘Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres estão criando uma nova história – usando nossas próprias vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo que é ‘historicamente importante’, e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando uma tradição oral, tão antiga quanto a memória humana, estamos

reconstruindo nosso próprio passado... (SALVATICI, 2005, p. 30)

As histórias contadas por Ana e Melissa, através das entrevistas, trazem elementos de sua vida diária que nos dão conta das vicissitudes enfrentadas por estas mulheres, mães e trabalhadoras, empobrecidas e expropriadas da riqueza produzida socialmente. Escutá-las é também validar suas experiências. É pensar as conexões entre a vida privada e a vida pública. É pensar suas existências de luta e resistência em uma sociedade excludente, com fortes marcadores do patriarcalismo, que insiste em delegar papéis sociais subalternizados, fomentar as diversas formas de opressão, além de impor múltiplas jornadas de trabalho às mulheres.

Eu nem sei o que é sair mais. Só saímos para ir em médico. Tem tempo que eu não sei o que é namorar. Minha vida é tão focada nela (referindo-se à filha). São tantas coisas para fazer, são tantas coisas para dar conta. Eu sempre sozinha para tudo, que esqueço de mim, sabe! Sou eu para tudo. Sou eu e ela apenas. Até para fazer amizade, eu não tenho muitas. A vida social aqui em Salvador quase que não acontece. (Melissa)

Não quero homem vivendo comigo de jeito nenhum. Não tenho me relacionado com ninguém. Se for para acontecer alguma coisa, que seja cada um em sua casa. Para falar a verdade, que tempo eu tenho para isso? Como eu posso pensar nessas coisas com uma criança autista sob minha responsabilidade? (Ana)

Os relatos de Melissa e Ana evidenciam como as questões afetivas-emocionais têm sido negligenciadas na vida dessas mulheres. Na ausência de pessoas para compartilharem as responsabilidades com os filhos, estas mulheres ocupam um amplo espaço da vida com a função de cuidar, tendo pouco ou nenhum tempo para investir na vida afetivo-amorosa, nas relações sociais diversas e até nas questões de autocuidado. Nesse sentido, percebe-se que em seu cotidiano, estas mulheres se sentem compelidas a hierarquizar as dimensões da vida, sobressaindo a maternidade.

Considerações Finais

Como foi possível identificar na análise das entrevistas, as histórias de vida narradas por Ana e Melissa apresentam similitudes. As referidas histórias nos convidam a uma análise crítica de suas narrativas, reafirmando uma máxima do feminismo “o pessoal é político”.

Assim, observa-se que as experiências vivenciadas por essas mulheres no âmbito privado se expressam a partir de marcadores socialmente construídos, que oprimem e criam papéis subalternizados para as mulheres.

Não obstante, torna-se necessário falar sobre a diversidade do ser mulher e das sobreposições de formas de opressão. Tais como classe, raça, geração, religião, nível de escolaridade, orientação sexual, dentre outras.

No exemplo das entrevistadas, o fato de pertencerem a famílias empobrecidas, sem recursos materiais que pudessem garantir o mínimo de dignidade e ainda, com uma rede de apoio precária, no que tange aos cuidados com a/os filha/s, colocaram-nas em condição de não ter escolhas no tocante a conciliar atividade laboral e cuidado com filha/os.

A situação das mulheres entrevistadas, que não se trata de situação isolada, conforme referenciado no teor do trabalho, pode a priori causar estranheza. Como é possível que elas abdicuem do único meio de sobrevivência material? Mas, os diversos relatos que muito se assemelham aos das entrevistas dão conta de que sim, é possível. Mais do que isso, essas mulheres se sentem compelidas a tal feito, devido à precária e às vezes até nula rede de apoio de familiares e/ou pessoas da comunidade em que residem.

É importante pontuar que, apesar de reconhecer a importância do apoio de pessoas da família, não se trata aqui de responsabilizar a família pela inclusão social e combate à pobreza. Nos termos de Teixeira:

Não é compactuar com as perspectivas teóricas e práticas que responsabilizam a família pelas formas de inclusão social e combate à pobreza, mas ressaltar as funções de proteção social primárias das famílias que, se fortalecidas pelas políticas públicas com serviços de apoio material e de fortalecimento de vínculos, poderão desempenhar papel importante, apesar de subsidiário, na proteção social de seus membros (TEIXEIRA, 2008, p. 62)

Necessário se faz repensar a operacionalização das políticas sociais, visando sua ampliação e universalização. E o quão urgente torna-se transversalizar o componente de gênero nessas políticas. Tarefa difícil em tempos de avanço do conservadorismo e de expressiva redução dos direitos sociais, engendrados por interesses do grande capital, cada vez

mais afoito por apropriar-se de maior parte do fundo público.

Referências

- CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 2ª.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CRENSHAW, Kimberlé: Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero: Revista Estudos Feministas, 2002.
- GUILLAUMIN, Collete, TABET, Paola e MATHIEU, Nicole. *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: /* organizadoras: Verônica Ferreira – Recife: SOS Corpo, 2014.
- MARCONDES, Mariana Manzini e MEIRELLES, Maria do Carmo Toledo Cruz: Política de creches no Brasil: até onde caminhou o compromisso com a igualdade de gênero? 2015.
- SALVATICI, Silvia. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres:* Associação Brasileira de História Oral, volume 8, ano 1, 2005. Tradução: Luiz Antônio Rodrigues Ribeiro Campos.
- TEIXEIRA, Solange Maria. Família e as formas de proteção social e primária aos idosos. Revista Kairós, 2008, p. 59-80.